



Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas

Extensive initiative in pandemic times to nature: beyond concessions, for other types of partnerships in protected areas

Virginia Martins Fonseca¹

Raquel Faria Scalco¹

Diego de Macedo Araujo²

Resumo

Objetivamos fomentar um diálogo com servidores e terceirizados de unidades de conservação (UC) de Minas Gerais acerca das parcerias que podem ser estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Atualmente, a concessão de serviços e áreas em UCs para viabilizar atividades de apoio à visitação tem sido implementada com prioridade. No entanto, além desta, estão a(s): permissão, autorização, co-gestão e parcerias com organizações da sociedade civil como possibilidades para formalizar iniciativas socioeconômicas alternativas, com maior envolvimento e possibilidade de benefícios para as comunidades do território. O tema, incipiente e necessário, repercutiu positivamente diante da inscrição de mais de 70 interessados. Este curso, online, gratuito e com duração de 80 horas, adotou como metodologia os pressupostos de um grupo de estudos. Como resultados, contamos com a participação efetiva de 12 participantes de diversas áreas de conhecimento, o que favoreceu um debate interdisciplinar e de expressiva representatividade regional.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Curso Online. Uso Público. Comunidades locais. Políticas públicas.

Abstract

We aim to promote a dialogue regarding partnerships among both private and public, for-profit and nonprofit institutions, including either servers or outsourced workers from protected areas (PAs) in Minas Gerais. Currently, the concession of services and regions in PAs to enable activities which support visitation has been preferentially implemented. Nevertheless, in addition, we find: permission, authorization, co-management and partnerships with civil society organizations as possibilities to formalize alternative socio economic initiatives, providing greater involvement and

¹ Docentes do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - virginia.martins@ufvjm.edu.br; raquel.scalco@ufvjm.edu.br;

² Discente do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - diego_macedo100@hotmail.com



benefits for the communities in the territory. This topic, incipient and necessary, has had a positive impact on the registration of more than 70 interested people. This one online, free of charge course which lasts 80 hours, has as methodology the assumptions of a study group. As a result, we have the effective participation of 12 participants from different knowledge areas, favoring an interdisciplinary debate with expressive regional representation.

Keywords: Protected areas. Online course. Public Use. Local communities. Public policy.

1 Introdução

As áreas protegidas (AP), como espaços destinados à conservação ambiental têm como intuito manter a integridade dos atributos cênicos, autênticos e endêmicos de determinado bioma, bem como claros interesses de provocar sentimentos de pertencimento, orgulho e identidade nacional. A complexidade percebida nos processos de patrimonialização da natureza transpassam tais pressupostos pois envolvem, muitas vezes, atores sociais que compreendem o território desde outras óticas ou perspectivas.

Considerando a política institucional brasileira, a definição das AP é regida pela Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Segundo o Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP, 2020), para que as AP sejam geridas de forma a atingir seus objetivos de conservação do patrimônio ambiental e cultural, diretrizes foram delineadas no contexto jurídico relacionadas ao planejamento e implementação de diferentes instrumentos de parcerias para a gestão territorial. Assim, as parcerias podem ser estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Ainda segundo o OPAP (2020), estas visam diferentes objetivos, tais como ao apoio à conservação da AP, à prestação de serviços para visitação em contato com a natureza, à realização de atividades de educação ambiental e pesquisa, dentre outros.



As motivações e os objetivos que fundamentam estas parcerias são diversos e, dependendo do entendimento de como se deve dar a gestão da coisa pública, os argumentos podem seguir uma vertente que evidencia a carência e a fragilidade da esfera pública, fomentando a dependência de recursos privados em virtude de sucessivos cortes orçamentários em áreas como ambiente, educação e cultura. Nesse contexto, o enfraquecimento das instituições ambientais, em termos qualitativos e quantitativos, evidencia o caráter neoliberal da gestão do patrimônio público, tomando as parcerias como um fim e não como um meio para apoiar a gestão da coisa pública (OPAP, 2020, p. 2).

Em dezembro de 2020, um contrato foi formalizado entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de elaborar estudos para analisar a viabilidade de concessão, por tempo limitado, da área de uso público de sete AP de Minas Gerais, com vistas à concessão de serviços turísticos relacionados à visitação e melhoria das condições de infraestrutura de visitação e recreação para o público em geral (IEF-MG, 2021a).

O contrato prevê a prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projetos visando à concessão dos serviços de visitação, para a revitalização, modernização e manutenção das atividades turísticas nos parques que foram selecionados, a saber, Parque Estadual: do Rio Doce; do Itacolomi; da Serra do Rola Moça do Ibitipoca; do Rio Preto; do Biribiri; do Pico do Itambé (IEF-MG, 2021a).

Neste contexto, faz-se essencial o desenvolvimento de iniciativas extensionistas que busquem integrar a temática do meio ambiente, em especial, as AP e a universidade, no intuito de compreender qual é a conjuntura atual assim como a necessidade de identificar estratégias para acompanhar, de modo constante, como se darão tais tendências na realidade de influência do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), posta a necessidade eminente de contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural da região em que o curso está inserido.

Diamantina se distingue no cenário mineiro por diversas características, dentre elas, sua localização privilegiada em relação à capital mineira, bem como a presença



da atividade turística de forma incipiente, o que garante certa autenticidade frente a outros destinos turísticos semelhantes que integram como atrativos diferenciais os patrimônios natural, cultural e arquitetônico.

No tocante à presente proposta, frisa-se que em um raio de 150 km de Diamantina existem sete parques, sendo um nacional (PARNA Sempre Vivas), cinco estaduais (Biribiri; Rio Preto; Pico de Itambé; Serra do Intendente e Serra Negra) e um municipal (Parque Natural Municipal do Tabuleiro), dos quais três foram priorizados como objetos de estudo pelo IEF-MG/BNDES.

Portanto, esta iniciativa foi aprovada no edital PROEXC 05/2021 - Cursos online, e foi inspirada na atuação do OPAP, que reúne docentes e pesquisadores de universidades brasileiras, com a intenção de promover o conhecimento sobre o tema, a partir da pesquisa, do ensino e da extensão.

O curso online denominado “Parcerias em Áreas Protegidas: pela efetiva conciliação entre uso público e comunidades locais” teve como principal objetivo envolver servidores e terceirizados, interessados e vinculados às AP mineiras, com foco naquelas inseridas na região de Diamantina, assim como docentes, estudantes de pós-graduação e graduação interessados pela temática. O curso objetivou promover um diálogo na busca pela compreensão do que são as parcerias em AP e suas possibilidades de implantação, com especial atenção aos temas relacionados ao uso público (UP) e envolvimento das comunidades locais.

O curso contou com a procura de mais de 70 interessados, diante da oferta de 20 vagas, contando com 12 participantes de diversas áreas de conhecimento, como: turismo, biologia, ecologia, geografia, sociologia, administração, entre outras, proporcionando um debate interdisciplinar, com expressiva representatividade regional.

Os encontros aconteceram quinzenalmente, de forma online, por meio da plataforma do Google Meet, entre 16h e 18h. Considerando a realidade das diversas UCs, o debate foi enriquecedor pois foi perceptível como cada área protegida lida com os desafios cotidianos da gestão, em que algumas das deficiências podem ser consideradas convencionais, visto que a maioria das AP têm conflitos semelhantes,



mas também há desafios que são particulares àquele território. Destacamos que os temas discutidos se referiram tanto na importância da comunidade do território se apropriar dos processos de gestão do turismo, como à importância da mobilização para a implementação do turismo de base comunitária (TBC). Neste sentido, foi consenso entre os participantes a necessidade de sensibilizar tais atores quanto à temática, uma vez que a constituição de associações e/ou cooperativas pode potencializar parcerias diversas entre gestores de AP e comunidades locais (guardiãs ancestrais destes territórios).

2 Revisão de literatura

É notório que a criação de AP é de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação do meio ambiente. O uso público (UP), segundo a Portaria ICMBio nº 289, de 2021, é o termo utilizado que considera desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas UC como o desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental, entre outras ações (BRASIL, ICMBIO, 2021, art. 2º, I).

Nesta seara, é importante destacar que a perspectiva de UP nos parques nacionais brasileiros é otimista, pois aumentou 245% entre 2007 e 2019, sendo que neste último ano foram contabilizados quase 9,8 milhões de visitantes, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2021).

Martins Fonseca e Bustos Cara (2021) apontam, no entanto, que há grande concentração de visitantes (79%) em apenas cinco parques nacionais, e que tal demanda pode ser justificada devido à localização dos mesmos, que contam com maior facilidade de acesso e pelo reconhecimento internacional como destinos turísticos. Os autores destacam que os demais parques nacionais mantêm muitos desafios para promover o turismo em seus territórios, pois além dos requisitos mínimos como um plano de UP na UC, está a ausência de acessibilidade segura



(principalmente terrestre, mas não somente) e a fragilidade dos meios de hospedagem, alimentação e serviços turísticos receptivos. Estes últimos, em especial, são considerados “frágeis” por não darem conta de atender um expressivo contingente de turistas já que, segundo Maragliano, Impemba e Martins Fonseca (2021), o turismo desenvolvido seria aquele que proporciona o efeito de transborde econômico nas localidades, ainda que não muito esclarecido para quem.

Assim, para Martins Fonseca e Bustos Cara (2021) tal concepção de turismo “eficiente” é bastante contraditória quando associado à natureza, pois há de se mencionar as limitações para a prática de atividades recreativas, turísticas, educativas, atentas à integridade do ambiente, segurança e qualidade, inclusive, da experiência do visitante. Por fim, não se pode ignorar a inexistência de normativas que tratem da prestação de serviços nas AP de modo mais interconectado com sua realidade e comunidades do território. Para os autores, o cenário atual não é positivo, já que está em tela a “necessidade emergencial” de conceder à iniciativa privada estes territórios. Portanto, para estes autores tais narrativas da concessão de UP ignoram a importância de um debate ampliado sobre aspectos positivos e negativos, complexos e contraditórios, dentre as quais deveriam considerar ações efetivas, não só de envolvimento das comunidades que estão no entorno de tais territórios, como pela prioridade em zelar pela qualidade de vida das mesmas.

[...] desde dezembro de 2019, com a publicação pelo governo federal no Programa Nacional de Desestatização (PND), evidencia-se a situação delicada de desmonte, de enfraquecimento das instituições, e de desinvestimento que o país tem sofrido, com especial enfoque para os setores ambiental, cultural, educacional e de saúde. Neste caso, o PND, evidentemente, contempla aquelas APs que já possuem uma demanda significativa para atender aos interesses de um mercado neoliberal (MARTINS FONSECA; BUSTOS CARA, 2021, p. 26).

Concomitante, o Programa de Concessão em Parques Estaduais, lançado pelo Governo de Minas em 2019, menciona a necessidade de contribuir para a inovação na gestão das AP em MG, atraindo investimentos, gerando empregos, ampliando os recursos humanos e financeiros que devem ser utilizados na conservação ambiental



com o intuito de sensibilizar grande parcela da sociedade quanto à real importância de manutenção das áreas verdes para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Seu principal objetivo é desenvolver e implantar modelos de parcerias e concessões ambientais voltados para o aprimoramento e diversificação dos serviços turísticos ofertados nas UCs estaduais de forma a garantir o cumprimento de seus objetivos de criação, o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas existentes, a maior eficiência na gestão e na conservação da biodiversidade, bem como a geração de benefícios sociais e econômicos para as comunidades do seu entorno (IEF-MG, 2021b). Cabe salientar que, dentre os instrumentos utilizados, a concessão de serviços e áreas para viabilizar atividades de apoio à visitação tem sido implementada com prioridade em UC, sobretudo em parques. No entanto, além da concessão, estão a permissão e a autorização como possibilidades para formalizar a parceria com a iniciativa privada com fins lucrativos. Entendemos, inclusive, que seriam estas últimas as mais apropriadas à realidade das AP do entorno de Diamantina.

Nesta seara, o OPAP (2020) entende por parcerias os diferentes arranjos institucionais adotados pelos órgãos gestores ambientais para viabilizar a participação pública e privada, com e sem fins lucrativos, no apoio à criação, implementação e gestão de AP. Ainda assim, mesmo que não tão visibilizadas como a concessão, estão as atividades em parceria com entidades sem fins lucrativos, no qual os instrumentos utilizados são regulados no contexto da participação das organizações da sociedade civil, tais como termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação.

Portanto, enquanto atividade extensionista, esta iniciativa potencializa o debate e a participação política e social do público-alvo diretamente envolvido nesta problemática, numa perspectiva que pode nortear uma atuação social e diferenciada no cotidiano, justificando a importância das conexões que devem ser estabelecidas entre a universidade e demais setores da sociedade. Neste contexto, entendemos que ações extensionistas que busquem difundir a importância da preservação ambiental nunca foram tão necessárias como atualmente em nosso país, já que o desmatamento tem batido recordes no Brasil, enquanto o poder Executivo avança na agenda de flexibilização das regras de proteção ambiental junto ao poder Legislativo, como o



denominado “Pacote da Destruição” socioambiental, que se refere aos projetos de lei que favorecem a grilagem de terras (PL 2.633/2020 e PL 510/2021); a liberação de agrotóxicos (PL 6.299/2002); a anulação do licenciamento ambiental (PL 3.729/2004); a demarcação de terras indígenas (PL 490/2007); e a mineração em terras indígenas (PL 191/2020).

3 Metodologia

No dia 01 de julho de 2021, por meio da plataforma oficial da UFVJM, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) tornou público o edital 05/2021, que teve como objetivo ofertar cursos de forma totalmente online, de curta duração. Diante da aprovação desta iniciativa, demos início às atividades de organização para a realização do curso. A equipe coordenadora contou com duas docentes e um discente bolsista do curso de Turismo da UFVJM, assim como outros três discentes de pós-graduação e graduação (membros do OPAP). A divulgação do curso ocorreu pelas redes sociais, assim como foram enviados e-mails a mais de 40 gestores de parques naturais de MG, considerando a disponibilidade de informações dos mesmos na internet.

Foi criado também um perfil no Instagram chamado “@pupap.mg”, em que a sigla é equivalente a Parcerias para Uso Público em Áreas Protegidas de Minas Gerais, com o objetivo de associar este perfil às UCs, assim como outros interessados, bem como, no decorrer das atividades previstas, divulgar as referências que pautariam o conteúdo programático de estudos.

Identificaram-se 40 inscritos que se enquadravam no perfil desejado, e foram selecionados 20 inscritos para a primeira chamada, no qual diante da confirmação da maioria, foi realizada a segunda chamada para as vagas restantes. Neste sentido, considerando que o objetivo do curso era engajar participantes que estivessem atuando nas UCs de MG sob a forma de um grupo de estudos, optou-se pelo início das atividades com 15 inscritos, diante do perfil de estar diretamente vinculado à temática.

A estratégia metodológica adotada pela coordenação para potencializar a aprendizagem da turma foi a metodologia ativa que, segundo Sobral e Campos (2012),



é o método educativo que instiga o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, uma vez que o estudante deve ser participativo e comprometido com seu aprendizado, já que faz uso de situações de problemáticas e/ou reflexão para gerar uma aproximação crítica do estudante com a realidade, no intuito de despertar a curiosidade acerca do tema, desenvolver a autonomia, a disponibilidade e uso de recursos para analisar o contexto, levantar hipóteses e buscar soluções para os questionamentos.

Para Borges et al (2014), há a compreensão que o ensino se torna eficaz quando os estudantes são envolvidos e se tornam ativos durante o processo; as aulas tornam-se dinâmicas, vivas e interessantes com a participação e questionamentos realizados por todos. Assim, a busca de solução para os problemas e as indagações suscitadas pelos estudantes incentiva a pesquisa e envolve a atuação dos estudantes e mediação da coordenação, na função de tutorias, o que é fundamental para a construção do conhecimento. Diferentes estratégias metodológicas são adotadas na metodologia ativa, dentre elas a aprendizagem baseada em problemas (ABP):

[...] o professor destaca o protagonismo do estudante na construção do conhecimento em um processo de interação entre sujeito (aluno em atividade) e objetos dos conhecimentos (diferentes saberes), sob a orientação do professor, também protagonista, que organiza e conduz a ação do sujeito diante do objeto, articula teoria e prática e 'ajusta a condução' para o alcance dos objetivos de aprendizagem definidos pelos estudantes na primeira sessão do tutorial (SILVA, 2016, p. 1083).

Para Oliveira-Junior (2018), na ABP a construção do conhecimento ocorre mediante a busca de solução para os problemas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades e atitudes que são relevantes para a atuação profissional, a exemplo da autonomia, do senso crítico, da responsabilidade, da criatividade, das habilidades necessárias às interações e relações interpessoais e profissionais.

O primeiro encontro ocorreu na data prevista, dia 19 de agosto, em que a equipe coordenadora se apresentou e evidenciou os objetivos e cronograma de atividades, bem como as ferramentas do Google Sala de Aula, plataforma adotada para disponibilizar as referências e canal de comunicação oficial. Foi destacado que os



encontros síncronos não seriam gravados e que seria importante os participantes consultarem as referências, para potencializar o debate e fundamentar as análises, direcionando-as às especificidades de cada território. Neste sentido, para a elaboração deste trabalho, foi adotada a técnica da observação participante, considerando as anotações do relatório final.

4 Resultados e discussão

4.1 Interface do curso enquanto ação extensionista

Consideramos, na concepção do curso, as diretrizes para as ações de extensão universitária que, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, FORPROEXC 2012), podem contribuir, desde que articuladas em conjunto, para a superação das três crises da Universidade Pública (SANTOS, 2010) quais sejam: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional.

Neste sentido, para alcançar a *interação dialógica* da comunidade acadêmica com a sociedade, foi estabelecido que um terço da carga horária seria definida de modo articulado com os participantes, a partir das especificidades de sua atuação profissional e AP a que estariam vinculados. Para Lima, Azevedo e Amorim. (2015, p. 6), “essa prática acadêmica pode ser uma forma de aproximação para promover um diálogo com outros setores da sociedade, viabilizando uma produção de conhecimentos de forma colaborativa”.

Já para evidenciar a importância da *interdisciplinaridade e interprofissionalidade*, como o curso envolveu atores sociais relacionados às AP, a formação de ensino superior, além de heterogênea, considerou a própria responsabilidade e atuação profissional de cada um que, interligadas, apresentaram particularidades importantes. Este contexto enriqueceu os debates dos encontros síncronos assim como favoreceu a análise de soluções aos problemas sinalizados, já que permitiu a integração de perspectivas sistêmicas na composição de um olhar holístico quanto à temática de parcerias em AP. Para Flores e Mello (2020, p. 7):



[...] os alunos percebem e já associam que os conhecimentos teóricos da sala de aula podem ser transformados em ação, e a partir do momento em que são socializados com as comunidades e Instituições podem influenciar e promover a transformação destes ambientes.

No tocante à *indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão*, a iniciativa foi vinculada como atividade extensionista do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); assim mesmo como vinculada às disciplinas relacionadas do Curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades; e ao Programa de Extensão “Encontro de Saberes: construindo pontes e ações entre os saberes de matrizes indígenas, afrodescendentes e populares com a produção do conhecimento científico”. Assim, corroboramos com Santana (1998) que afirma que a conexão de saberes permite que o estudante forme conceitos próprios da realidade vivida, da maneira como se sentiu, mesclando o conhecimento científico com suas experiências prévias, dando significado aos dados recebidos como percepção, transformando-o em informação.

Quanto ao *impacto na formação do estudante*, frisamos que além da temática se tratar de uma proposta bastante inovadora e necessária, a expectativa é que os estudantes envolvidos possam trazer esta experiência para a sala de aula. Nela, será fomentado o debate e serão compartilhados os saberes adquiridos com outros colegas, seja no intuito de sensibilizar os demais quanto à importância da participação em atividades extensionistas, seja quanto à sua própria aprendizagem bastante diferenciada, seja quanto às possibilidades de os docentes apropriarem-se de tal intercâmbio e experiência para ações futuras relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, a partir do envolvimento de um discente como bolsista, além deste estar adquirindo uma experiência quanto a esta frente de atuação profissional, poderá ser um importante articulador junto a outros estudantes quanto à importância do protagonismo estudantil na realização de atividades extensionistas. Ainda de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, as atividades de extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela



ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam.

Por fim, a diretriz *impacto e transformação social* trouxe a expectativa - com a realização deste curso online, com este público em especial, considerando a conjuntura dos ambientes natural, político-institucional, socioeconômico e histórico-cultural - de contribuir de maneira diferenciada para o debate relacionado ao UP em AP e a efetiva inclusão social por meio do envolvimento das comunidades locais como protagonistas de ações relacionadas à importância das parcerias nestes territórios.

4.2 Da seleção dos participantes

A seleção dos participantes foi baseada em um formulário, com oito questões, incluindo respostas curtas e longas, múltipla escolha e caixa de seleção. As inscrições ficaram abertas de 04 a 12 de agosto de 2021, e obteve um total de 72 inscritos, sendo 35 servidores e terceirizados de UC e 37 vinculados a outros órgãos ou entidades.

Com esse dado, conseguimos perceber a carência e a necessidade de abordar temas acerca das parcerias e que não interessam apenas aos servidores e terceirizados, uma vez que muitos inscritos não estavam vinculados à nenhuma AP, e sim interessados em compreender o assunto. Destacamos que os inscritos eram de 5 estados brasileiros: MG (46); SP (10); Rio de Janeiro (5); Mato Grosso (1); e Mato Grosso do Sul (1). Outros nove inscritos não identificaram seu estado de origem. Neste sentido, constatamos que a procura pelo curso ultrapassou nossas expectativas, evidenciando o quanto o tema é incipiente, e quiçá, tal demanda tenha ainda sido potencializada pelo atual momento de expansão das concessões de UP no território nacional. Por fim, frisamos a procura de representantes de 21 UC mineiras: APA das Águas Vertentes, PARNA Sempre-Vivas, PE Lapa Grande, Parque Natural das Andorinhas, PARNA Serra do Cipó, PE Biribiri, PE Serra do Brigadeiro, PE Serra do Intendente, Parque Natural Municipal Templo dos Milagres, Parque Natural Municipal do Tabuleiro, PE Pico do Itambé, PARNA Chapada dos Guimarães, APA Rio Picão, PE Turístico do Alto Ribeira, APA São José, PE Ilha Anchieta, PE Intervalos, APA Cachoeira das Andorinhas, PE Serra do Papagaio e PE Sagarana.



4.3 Da operacionalização

A partir dos diálogos realizados nos encontros síncronos foi possível perceber algumas deficiências das UC, mas também foram avistadas parcerias potenciais que seriam benéficas tanto à AP como as comunidades do território. Neste contexto, seguem os principais pontos discutidos nos módulos propostos. Cabe destacar que eram planejados três cenários de ABP, considerando participação online. Assim, para potencializar o debate, a turma era dividida e cada uma direcionada para outra sala virtual, com membros da equipe coordenadora para moderação. Ao final, apresentávamos em plenária os resultados obtidos no debate. Destacamos os principais apontamentos dos participantes, considerando as partilhas de conhecimento e experiência, suscitados pelos debates propostos no cenário de ABP adotados no encontro online. Assim mesmo, considerando a necessidade de autoavaliação ao final de cada módulo, os participantes tiveram possibilidade de compartilhar outras aprendizagens no formulário on-line, em um prazo determinado.

O módulo 1 teve como tema a “Crise Socioambiental e Diálogo de Saberes – uma introdução”, em que houve o entendimento do quão é visível a fragilidade das comunidades do território diante de várias questões, onde destacamos que o próprio poder público, órgão que teria o papel de gerir e diminuir as desigualdades, termina por subsidiar a mercantilização pelas grandes empresas privadas, dirimindo as possibilidades de circulação de renda na localidade e, corroborando para um entendimento de que o Estado não tem competência para promover o UP nestes territórios, assim mesmo como distanciando as possibilidades protagonistas da comunidade atuar em sua realidade.

Para Maragliano, Impemba e Martins Fonseca (2021) é necessário se repensar o tão falado desenvolvimento do turismo e promover um debate sobre o papel do Estado e a promoção do setor privado – estimulado, principalmente, pela fixação de grandes investimentos estrangeiros no setor dos serviços, em vez de promover os pequenos e médios empreendimentos e iniciativas locais.



Neste contexto, quando adotado como referência a modelagem da concessão, a UC, muitas vezes, para os participantes, é tratada como mercadoria, e o UP passa a ser pensado exclusivamente pelo prisma econômico, levando o território a uma elitização que impede que diversos públicos, dentre eles aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, possam frequentar a AP. O discurso de “salvar” a AP exclui, inclusive, moradores do entorno, sabotando a função social do UP como um bem comum. Assim, dentre as soluções pensadas inicialmente foram enaltecidas as políticas públicas com vistas a garantir que as comunidades do território sejam protegidas por lei. Tal prática já se faz presente em alguns territórios, tratado por Zaoual (2009) como “Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento”, já que ocorrem trocas simbólicas diversas (de crenças, de conhecimentos, de comportamentos e de práticas sociais) que irão determinar o processo de desenvolvimento econômico. Portanto, reconhecer a comunidade, assim como a natureza, é reconhecer o conhecimento tradicional como de fundamental importância para a efetiva inclusão das mesmas nos processos de gestão.

Já o módulo 2 teve como tema “O envolvimento das comunidades locais na gestão de UP em AP”, no qual foi entendido que a percepção sobre o espaço e tempo entre as populações tradicionais, o mercado financeiro e a gestão pública são vistos de forma distinta, pois o sistema em que estamos postos, que prioriza o mercado, encurta a noção de espaço e acelera a noção de tempo, enquanto as populações tradicionais têm seus costumes e cultura priorizando o seu bem-estar. Os participantes destacaram, diante das problemáticas suscitadas, que esse conflito entre o mercado e as comunidades gera novos desafios, principalmente quando a gestão decide priorizar o mercado, dificultando o diálogo junto às comunidades e minimizando os direitos já garantidos, dificultando assim as possibilidades do TBC como alternativa socioeconômica para as comunidades locais.

Para os participantes, para que o UP seja solidário é de fundamental importância que haja um diálogo com a população local, caso contrário, pode-se desencadear problemas para gestão, uma vez que a comunidade pode entender, novamente, que está sendo excluída tal qual quando houve o reconhecimento da AP.



Frisaram, neste sentido, que dentre os discursos para aceitação quando da criação da AP estava o de que a comunidade iria se beneficiar pela prática do turismo que seria fomentado no território. De acordo com Alves et al (2010), os principais problemas enfrentados pela gestão das UCs estaduais são: falta de regularização fundiária, carência de recursos humanos, materiais e financeiros, falta de capacitação das equipes gestoras, ausência ou desatualização de planos de manejo, UCs criadas sem a participação da comunidade, ausência ou precariedade de infraestrutura, conflitos com as comunidades, incêndios florestais, dentre outros. Assim, tal contexto de exclusão da comunidade poderia se conformar como mais um desafio futuro dos gestores de tais territórios. Portanto, dentre as soluções debatidas foi pontuada a demanda de compreender as necessidades dos moradores e suas potencialidades, incentivando o protagonismo para que os mesmos possam deliberar quem serão seus aliados durante esse processo e qual turismo almejam promover.

O terceiro módulo teve como tema “Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em AP”, e foi dividido em duas partes.

No primeiro encontro online houve uma aula expositiva acerca do Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil (MROSC), suas modelagens de parcerias para o turismo nas AP e esclarecimento de dúvidas. Para os participantes, para alcançar um ideal favorável, é importante compreender a natureza enquanto direito público, e um passo para isso é o fortalecimento do Conselho por meio de grupos de estudos que permitiriam um conhecimento aprofundado acerca das parcerias e UP, visibilizando possibilidades para atrair recursos financeiros ao território. Neste contexto, é necessário compreender como as modelagens de parcerias seriam implementadas. No caso das concessões, o discurso de geração de emprego e renda dificilmente se cumpre, podendo gerar ônus para a gestão da UC, tanto pela pressão da comunidade como pela função de fiscalizar o serviço prestado. Os participantes entenderam que talvez, efetivamente, o MROSC seja o modelo mais próximo do almejado, exatamente por envolver todos os atores locais. Para corroborar, segundo Botelho e Rodrigues (2016), a comunidade como protagonista do UP proporciona vários benefícios, viáveis diante de alguns modelos de parcerias, onde a



participação é diversa: individual (autorização); consórcio com outras iniciativas de base comunitária; parceria com empresas, entre outras. Neste sentido, para os participantes, o incentivo, por parte da gestão, para que as comunidades se organizem como associações ou cooperativas, e conseqüentemente possam se conformar como Organização da Sociedade Civil (OSC) se faz necessário.

Na segunda parte no terceiro módulo, sob o tema “Parcerias e concessões no desenvolvimento do turismo em AP”, um dos principais desafios apontados foi o sucateamento, no que se refere às UCs, que para Kuczach (2014), evidencia a falta absoluta de planejamento e investimento de longo prazo. Para os participantes, o sucateamento é entendido como um projeto que potencializa a privatização do território, visibilizado inclusive pelo programa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), “Adote um Parque”. Foi constatado pelos participantes que, além da concessão ser uma forma de monopolização dos serviços relacionados ao UP, devido ao grande período temporal, potencializa a própria concessão ambiental, diante da prerrogativa do lucro como prioridade e marginalização da preservação da fauna e flora. Houve consenso entre os participantes quanto ao papel dos conselhos e a gestão da UC para fiscalizar e questionar a implementação de parcerias impostas verticalmente, uma vez que é necessário descolonizar a forma de pensar o mundo que deveria pautar pela relação harmônica do ser humano com a natureza, desmitificando a mesma enquanto recurso natural.

O quarto módulo, sob o tema “Reflexões acerca das concessões e parcerias dos serviços turísticos no Brasil nas AP”, também foi dividido em duas partes, e iniciou ressaltando a necessidade de incluir as comunidades locais nas atividades previstas no âmbito da UC, considerando o disposto no Art. 57 da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas” (BRASIL, Lei nº 9985, 2000, art. 57).

Porém, ainda que o SNUC enfatize a necessidade de atuação articulada com as comunidades, há o incentivo que vultuosos empreendimentos privados atuem no



interior das UCs, evidenciando a dificuldade de estabelecer parcerias formais com os moradores locais. Ademais, para os participantes, ainda que tais parcerias sejam informais, é importante que a gestão se esforce para que elas aconteçam, no intuito de fortalecer laços entre as partes, unindo esforços para mitigar projetos que, para além de não beneficiarem as comunidades locais, deveriam garantir a democratização do lazer para todos. Assim, mesmo que o processo de organização da comunidade para firmar a parceria no MROSC seja burocrático, é um bom caminho a seguir, com a comunidade no epicentro, certificando que a AP e a cultura não são mercadorias, e que a renda econômica arrecada pelo UP seja das comunidades do território. Neste sentido, alguns participantes identificaram algumas iniciativas de parcerias que acontecem no âmbito das UCs na qual representavam, a saber: amigos do parque; autorização de venda de artesanatos; oferta de cursos no âmbito do parque; termo de conduta entre moradores e gestão; entre outros.

O segundo e o terceiro encontros foram, essencialmente, de conteúdo expositivo. Neste sentido, foi consenso entre os participantes que a realização de algumas parcerias pode ser percebida como simples, a exemplo de um evento junto à comunidade, mas tem impacto importante frente à aproximação da comunidade com a gestão, despertando nos moradores seu potencial, e evidenciando o protagonismo de uma gestão público-comunitário, diante da prática do gestor-morador. Para Brumatti e Rozendo (2021), a comunidade pode buscar investimento em programas de empoderamento social que têm bastante aderência às diversas realidades do entorno de AP, no qual para os autores, se configuram iniciativas relacionadas à qualificação de serviços, produtores e produtos locais e regionais (artesanato, gastronomia, condutores ambientais), o conhecimento e aproveitamento dos saberes e tecnologias locais de manejo dos recursos referentes aos serviços ambientais, a formação de redes de cooperação e aprendizagem, de capacitação individual e coletiva. Neste contexto, para os participantes, ampliar a gestão compartilhada junto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), também são potentes para fortalecer atores locais, como principais beneficiados nas parcerias.



Por fim, o quinto módulo foi pensado para ser dialógico, de modo que os participantes compartilhassem suas experiências. Um dos relatos referia-se à modelagem de autorização para pessoas físicas e jurídicas, para locação de bicicletas no interior do parque, por um período de dois anos, podendo ser prorrogado. O limite de 200 bicicletas para locação, divididas em 10 prestadores de serviços (cada um ofertando 20) foi percebida como uma estratégia que agrega maior quantitativo de parceiros e impede a monopolização do serviço. Em contrapartida, esses parceiros têm como obrigação realizar mutirões para a manutenção das trilhas frequentadas pelos ciclistas, bem como a instalação dos bicicletários e sinalização dos percursos. Outro relato tratava da autorização para prestação de serviços de locação de canoa, que deveriam potencializar inclusive a educação ambiental para estudantes das escolas locais. Pode-se afirmar que uma parceria como esta, articulada entre três atores (prestador de serviço, gestão do parque e Secretaria Municipal de Educação) destaca-se como uma ação diferenciada e coerente com a função social da UC.

Outro relato de experiência compartilhado, com vistas a uma aproximação efetiva entre gestão e comunidades, foi referente à formatação de uma rota de cachoeiras que integram diversas comunidades no entorno da UC. Tal iniciativa prevê o incentivo ao empreendedorismo dos moradores, em suas próprias residências, por meio da oferta de serviços de TBC, diante da previsão de aumento do fluxo de visitantes na região. Tal iniciativa pode mitigar diversos impactos negativos do turismo desordenado, dentre os quais foram destacados: a falta de regularização fundiária, a presença de moradores no interior do parque, e especulação imobiliária. Assim, o relato mencionou acerca das parcerias com escolas como de fundamental importância, sensibilizando aspectos da relevância da AP para a região, por meio de contação de história e música, importância das abelhas nativas, dentre outras ações educativas. Este módulo foi bastante propositivo, considerando experiências ora institucionalizadas, ora não, entre comunidades locais e gestores, que fortalecem vínculos de forma orgânica, consolidando a senso de pertencimento em todos os envolvidos. Para finalizar a iniciativa extensionista, já em 16 de dezembro, foi realizado um amigo coletivo poético, ação de acolhimento, assim como a entrega dos



certificados, avaliação do projeto e agradecimentos pela partilha de aprendizagens que totalizaram uma ação de 80 horas com muito êxito, mesmo num cenário de tanto esgotamento de distanciamento social e atividades virtuais diante do contexto da pandemia da Covid-19.

5 Considerações finais

As parcerias em AP é um tema incipiente, sendo que o conhecimento sobre o assunto está em construção. Neste sentido, iniciativas extensionistas com o objetivo de construir e difundir este conhecimento são de suma importância para que os atores locais tenham conhecimento suficiente para opinarem, participarem e exporem suas opiniões, desejos e demandas de forma assertiva.

Entendemos que o modelo de concessões pode se adequar à realidade de algumas UCs do Brasil, mas que a grande maioria delas possui especificidades que favorecem outras modelagens de parcerias mais inclusivas, e conseqüentemente mais benéficas para as comunidades locais. Tais especificidades referem-se ao quantitativo de visitantes, à presença das comunidades locais, às possibilidades de oferta de serviços de TBC pelos moradores desses territórios, dentre outras.

Desta forma, a realização dessa ação extensionista, voltada para gestores e funcionários de APs em MG, contribuiu para popularizar o conhecimento sobre outros modelos de parcerias para o UP em AP, para além da estratégia adotada pelo Estado, centrada nas concessões. Entendemos que as parcerias por meio da Autorização, Permissão, Co-Gestão ou Termo de Parceria; Termo de Colaboração; Termo de Fomento; e Acordo de Cooperação têm maior aderência à realidade da maior parte das APs de MG, já que potencializam o engajamento e o protagonismo das comunidades locais, contribuem para a imagem da UC, favorecem a articulação entre a gestão da AP e comunidades do território, entre outros, contribuindo no alcance da função social para a qual foram criadas estas AP.

Concluimos que os objetivos dessa ação extensionista foram alcançados e a metodologia utilizada, baseada na ABP, amparada pelas referências adotadas, superou as expectativas de todos os envolvidos, contextualizando aspectos teóricos,



práticos e contemporâneos sobre o assunto. Por fim, entendemos que o curso foi importante para fomentar o debate sobre o tema, sensibilizar os participantes para se envolverem nos processos de parcerias, instigando um olhar crítico, reflexivo e sensível. A partir das discussões e debates realizados nos encontros síncronos e nas atividades assíncronas foi possível perceber as deficiências e problemas enfrentados pelas APs e o desconhecimento da maioria dos participantes sobre tais modelagens de parcerias. Igualmente, foram avistadas parcerias potenciais que seriam benéficas para a UC e para as comunidades do território. Esperamos que estes participantes tenham a possibilidade de replicar esse conhecimento para outros atores locais, bem como fomentar a criação de Organizações da Sociedade Civil, para o efetivo fomento destas outras modalidades de parcerias.

Por fim, dado o sucesso desta iniciativa e a importância de ampliar o debate, foi proposta uma segunda edição da mesma, já aprovada no edital PROEXC 05/2022 – Cursos On-line. Desta vez, a iniciativa tem como público-alvo os membros de conselhos gestores de APs do estado de MG, posto que é essencial que os conselhos possam atuar como locus de discussão, reflexão crítica e proposição de outras modalidades de parcerias para o UP em AP, efetivamente mais inclusivas e benéficas para as comunidades, considerando suas particularidades, tão locais como únicas.

Referências

ALVES, R.G.; REZENDE, J.L.P.; BORGES, L.A.C; FONTES, M.A.L.; ALVES, L.W.R. Análise da Gestão das Unidades de Conservação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais. In. **Espaço & Geografia**, Vol.13, No 1. Brasília, 2010 (1-35).

BORGES, M.C; CHACHÁ, S.G.F; QUINTANA, S.M.; FREITAS, L.C.C; RODRIGUES, M.L.V. Aprendizado baseado em problemas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v.47, n. 3, 2014.

BRASIL. **Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 3ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2000.

BRASIL. **Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em



regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.ºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006.** Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

BRASIL. **Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.**

Regulamenta a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília, 2016.

BRASIL, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Portaria ICMBio n.º 289, de 03 de maio de 2021.** Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais. Brasília, 2021.

BRASIL, FORPROEXC. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus/AM, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).** 2021. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>>. Acesso em 15/03/2022.

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 2. 2016.

BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** São Paulo, 15(3), e-2119, set./dez. 2021.

FELICIANO DE LIMA, L.; RAMOS DE AZEVEDO, M. A.; DOS SANTOS AMORIM, M. V. Extensão Universitária na UEG: Interação Dialógica na formação de professores. **Revista UFG.** Goiânia, v. 15, n. 17, 2017.

FLORES, L.F.; MELLO, D.T. O Impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. **Revista Conexão UEPG,** vol. 16, núm. 1, pp. 01-13, 2020.



KUCZACH, A. Grupo **Promete Ações Judiciais para Salvar Nossos Parques da Extinção**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida à Revista Época – Blog do Planeta em 21 de março de 2014. Disponível em <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/03/para-bsalvar-nossos-parquesb-da-extincao.html>>.

MARAGLIANO, M.G.; IMPEMBA, M.H.; MARTINS FONSECA, V. Turismo no contexto da covid-19: crise de um modelo ou nova normalidade? In: Magnani, M. C. A. O.; Ferreira, M. L.; Heleno, C. T.; Varajão, G. F. D. C.; Scalco, R. F.; Martins Fonseca, V. (ORGS). (2021). **Turismo consciência: diálogos em tempos de pandemia**. 1. Ed. Diamantina/MG: UFVJM, 2021. V. 1. 201p.

MARTINS FONSECA, V. BUSTOS CARA, R.N. Os Parques Nacionais da Argentina e do Brasil: Aspectos Contemporâneos do Uso Público. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 9, nº 14, 2021.

MINAS GERAIS. INSTITUTO ESTADUAL DAS FLORESTAS (IEF). **PARC - Programa de Concessão de Parques Estaduais**. Última atualização (Sex, 09 de abril de 2021 15:43). 2021(a).

MINAS GERAIS. INSTITUTO ESTADUAL DAS FLORESTAS (IEF). **Contrato de estruturação de projeto n 20.2.0483.1**: celebrado entre IEF e BNDES, 2021(b).

OLIVEIRA-JUNIOR, F. A Metodologia Ativa no Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia, Neurociências e Educação. R. **Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira**, v. 09, n 23, set/dez 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>. Acesso em 15/03/2022.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM AREAS PROTEGIDAS (OPAP). **Projeto de Pesquisa e Extensão do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas - OPAP**, 2020. (Mimeo)

SANTANA, M. J. A. **UFBA em Campo. 1996 -1998**: uma experiência de articulação ensino, pesquisa e sociedade. Salvador: UFBA, 1998.

SILVA, E.F. Relação pedagógica no grupo tutorial: desafios e possibilidades das metodologias participativas (ativas). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 50, out./dez. 2016.

SOBRAL, F.R.; CAMPOS, C.J.G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Rev Esc Enferm, USP**. 2012; 46(1).

SANTOS, B.S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. – São Paulo. Cortez. Santana



RAÍZES E RUMOS

Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

ISSN: 2317-7705 online
ISSN: 0104-7035 impresso



2010.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.55-75.